

Cómo citar este artículo:

Avelar-de Oliveira, A. L., Moljo, C. B., de Souza-Lemos, E. L., Santana-Borges, M. E., Souza-Bravo, M. I., Castro-de Matos, M. (2025). Serviço Social no Brasil: organização política e a virada crítica. *Revista Eleuthera*, 27(1), 167-186. <http://doi.org/10.17151/eleu.2025.27.1.9>

Serviço Social no Brasil: organização política e a virada crítica

Trabajo Social en Brasil: organización política y el giro crítico

ANA LUIZA AVELAR DE OLIVEIRA*

CARINA BERTA MOLJO**

ESTHER LUIZA DE SOUZA LEMOS***

MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES****

MARIA INÉS SOUZA BRAVO*****

MAURILIO CASTRO DE MATOS*****

ELEUTHERA

Resumo


O artigo apresenta parte da investigação em desenvolvimento sobre a organização política de assistentes sociais no Brasil, analisando as determinações particulares que favoreceram a virada crítica do Serviço Social e a construção do chamado Projeto ético-político-profissional. O argumento central considera que este resulta em grande parte do processo organizativo da categoria na disputa pela direção ético-política das organizações profissionais. Os anos 1960-1970 se evidenciam como uma singular marca do processo histórico da profissão e do envolvimento de assistentes sociais no Brasil no âmbito das relações internacionais. A exposição explicita o rico processo histórico que permitiu a construção de hegemonia e de conquistas para a profissão, na relação com a sociedade. A metodologia de pesquisa utilizada foi a revisão bibliográfica da literatura existente e de documentos da área.

Palavras-chave: Serviço Social no Brasil; Organização política; Virada crítica.


Resumen

Este artículo aborda la investigación en curso sobre la organización política de los trabajadores sociales en Brasil, analizando las determinaciones particulares que favorecieron para el giro crítico del Trabajo Social, así como para la construcción del denominado Proyecto ético-político-profesional. El argumento central considera que este cambio, en grande medida, es resultado del proceso de organización de la categoría profesional en la disputa por la dirección ético-política de las organizaciones


* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Lavras, Brasil. Correo electrónico: anaavelar.oliveira@ufff.br

 orcid.org/0000-0003-2425-9802 **Google Scholar**


** Universidade Federal de Juiz de Fora Brasil. Juiz de Fora, Brasil. Correo electrónico: carinamoljo@uol.com.br

 orcid.org/0000-0002-0248-5617 **Google Scholar**


*** Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Toledo, Brasil. Correo electrónico: estherlemos@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-7154-1475 **Google Scholar**


**** Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil. Correo electrónico: mesborges@ufba.br

 orcid.org/0000-0001-8114-0790 **Google Scholar**

***** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, Brasil. Correo electrónico: msouzabravo@gmail.com

 orcid.org/0000-0003-2347-0518 **Google Scholar**

***** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, Brasil. Correo electrónico: mauriliosmatos@gmail.com

 orcid.org/0000-0003-2425-9802 **Google Scholar**



rev. eleuthera. Vol. 27 n.º 1, enero-junio 2025, 167-186

Recibido: 29 de marzo de 2024. Aprobado: 29 de octubre de 2024

ISSN: 2011-4532 (Impreso) ISSN: 2463-1469 (En línea)

<http://doi.org/10.17151/eleu.2025.27.1.9>

profesionales. Los años de 1960 y 1970 se evidencian como una marca del proceso histórico de la profesión, así como de la participación de los trabajadores sociales brasileiros en el ámbito de las relaciones internacionales. La exposición explica el rico proceso histórico que permitió la construcción de la hegemonía, así como de conquistas para la profesión en la relación con la sociedad. La metodología utilizada en la investigación es la de revisión bibliográfica y documental de la literatura existente.

Palabras Claves: Trabajo Social en Brasil; organización política; giro crítico.

Introdução

Este artigo objetiva socializar parte da investigação em desenvolvimento, com o tema organização política da categoria profissional do Serviço Social no Brasil, inserida na pesquisa em rede que articula pesquisadores de diferentes países da América Latina e Europa, denominada “Serviço Social na história: Questão Social, Movimentos Sociais e lutas sociais. América Latina e Europa (1960- 2020)”¹.

A hipótese de trabalho parte da compreensão de que a construção da direção social hoje hegemônica foi possibilitada também pela força da organização política da categoria há mais de 40 anos, com uma explícita unidade entre formação e trabalho profissional. Buscamos responder à questão: quais determinações permitiram construir a hegemonia da direção social crítica nas entidades profissionais do Serviço Social, articulando trabalho e formação profissional?

A pesquisa remonta às décadas de 1960-70, constatando que neste período não foram abundantes as produções de natureza teórica, predominando o destaque na dimensão técnica da profissão e a dimensão política de seus agentes profissionais, por razões compreensíveis, dada a inexistência de recursos que hoje dispomos, como: pesquisas nas universidades, criação de veículos de divulgação da produção teórica, desconcentração da formação em Universidades públicas para além da região sudeste do país, formação acadêmica que incorpora outras dimensões da profissionalização.

Neste texto ressaltamos a capacidade de organização política com vistas à defesa de um projeto de profissão, inexoravelmente vinculado a determinado projeto societário e também, que no processo histórico o diálogo internacionalista se constituiu como uma das determinações. Esse percurso levou à ressignificação profissional no país, tendo como marco o conhecido “Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina” (1965 – 1975)²,

¹ Entre 2016 e 2020 a pesquisa foi coordenada pelas professoras Marilda Villela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos; a partir de 2021 passou a ser coordenada por uma comissão colegiada de pesquisadoras(es) de diferentes universidades brasileiras e uma estrangeira.

² Conferir: Pinto et al, 2023; Eiras, Moljo & Durigueto, 2022; Iamamoto & Santos, 2021.

propondo uma ruptura com o conservadorismo profissional, constituindo nova direção ético-política, aproximando-se das vertentes críticas. Neste “Movimento” tornou-se possível pensar as particularidades da América Latina, o papel insubordinado e de resistência dessa região do mundo, tida como a periferia do capitalismo.

O “Movimento” propunha construir um Serviço Social “verdadeiramente” latino-americano, questionando as influências norte-americanas e europeias. Do ponto de vista ideológico-político ou ideológico-cultural, recebeu influências da teologia da libertação, da teoria da dependência, dos diversos marxismos, assim como do educador brasileiro Paulo Freire. Entretanto, não foi homogêneo, considerando as características da formação sócio histórica de cada país, assim como pelas próprias particularidades da construção do Serviço Social nestes contextos.

Ainda que levando em consideração os reveses impostos em vários países pelas ditaduras militares³, o legado da Reconceitualização permitiu a articulação entre setores críticos da categoria profissional na região da América Latina e Caribe. Em decorrência do autoritarismo, a reconceitualização considerou as particularidades nacionais, a partir das condições políticas objetivas e com o fim das ditaduras militares, esses processos também foram diferenciados na região.

O Brasil foi um dos primeiros países a sofrer o golpe civil-militar e, conseqüentemente, a se isolar dos debates mais críticos da profissão, embora a “ruptura com o conservadorismo” começasse a ganhar novas expressões ainda no processo da ditadura civil-militar. Netto (1991) chama este processo de renovação do Serviço Social brasileiro⁴, que não pode ser pensado sem o impacto da ditadura (1964-1985), do mundo da cultura e do papel da Universidade. O conservadorismo político e teórico inicia o seu processo de erosão, aproximadamente nos anos 1960, fruto das lutas sociais e movimentos sociais que eclodiram no mundo e também no Brasil. Na crise da ditadura civil-militar o Serviço Social consolidou a crítica ao conservadorismo na profissão e desde 1990 vem afirmando o projeto ético-político-profissional, assentado na defesa da democracia, dos direitos humanos e da liberdade como valor ético central.

Aqui assumimos a posição de negar o “lugar comum” de que, com a crítica ao Serviço Social Tradicional a profissão se politizou, afirmando que, embora não explicitada quando vinculada a projetos societários conservadores, a dimensão política é uma característica marcante da profissão, da sua institucionalização até a atualidade. Assim também ocorre com a articulação

³ Como é de amplo conhecimento as ditaduras militares se instalaram no continente desde a década de 1930. Desde os anos 1960 elas vão se sincronizando e articulando, primeiro no Brasil em 1964, no Chile e Uruguai em 1973, na Argentina em 1976.

⁴ Conforme Netto (1991), são três as direções que assumiu a renovação no Brasil, duas destas conservadoras, com base no positivismo, no estrutural-funcionalismo e na fenomenologia. A primeira denominada de *modernização conservadora* se expressa nos conhecidos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1971). A segunda vertente denominada de *Reatualização do conservadorismo* se expressa nos documentos de Sumaré (1979) e Alto da Boa Vista (1984). A terceira direção denominada de *Intenção de Ruptura*, se expressa na experiência do projeto da Escola Católica de Belo Horizonte, conhecido como o Método BH (1972-1975), tendo como suporte a teoria social de Marx, em articulação com o Movimento de Reconceitualização da América Latina.

internacional, existente desde as origens da profissão, embora com orientações políticas diferenciadas.

A pesquisa bibliográfica realizada aponta que a organização da profissão no Brasil, mas não somente, contribuiu para os avanços e conquistas do projeto crítico para o Serviço Social. Com estas referências, buscamos analisar a particularidade da organização política de assistentes sociais, a partir de sua nucleação coletiva nas entidades profissionais.

Dividimos a exposição em três subitens: no primeiro, situamos a emergência da profissão e suas articulações internacionais, destacando os percursos no âmbito da América Latina, sobretudo, com a Associação Latino-americana de Trabajo Social (ALAETS) e com o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), tomando a internacionalização como pressuposto. No segundo, destacamos algumas das características da ditadura civil-militar no Brasil e a transição democrática, acenando para as particularidades de nossa formação social, econômica, política e cultural, contextualizando a realidade social. No terceiro, apresentamos o giro das entidades profissionais no Brasil, resultado da virada crítica na profissão, localizando os marcos da ruptura com a perspectiva conservadora do Serviço Social.

Finalmente, concluímos que a articulação das entidades profissionais favoreceu a construção de uma nova cultura organizativo-profissional, assim como o incentivo à pesquisa e produção de conhecimento com novo sentido ético-político, haja vista as conquistas alcançadas pela categoria no país, ao longo das últimas três décadas.

A internacionalização como pressuposto

O Serviço Social no Brasil tem fortes vinculações e articulações internacionais, desde seu nascedouro, como demonstram os estudos sobre os movimentos de criação das primeiras instituições de formação profissional em Serviço Social. Aqui localizamos as bases da formulação das entidades que representam a profissão, desenvolvendo a hipótese de que estas, na virada crítica, assumiram um papel preponderante na consolidação do projeto ético-político-profissional.

A partir do Curso de Mademoiselle Adèle Loneux (Professora de Psicologia da Escola de Serviço Social de Bruxelas) (Iamamoto & Carvalho, 1991; Lima, 1987)⁵, fruto de intensa articulação política internacional, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em 1932, órgão fundamental para a criação da primeira escola, em São Paulo, em 1936. A partir desta, deu-se a irradiação de cursos, como citado por Lima (1987): Rio de Janeiro (1937), Recife (1941), Porto Alegre (1945), Natal (1945). Em 1944 aconteceu a Semana de Estudos

⁵ A articulação internacional não foi pontual, há registros de diversas viagens entre 1932 e 1936 daquelas que seriam as pioneiras do Serviço Social brasileiro, a exemplo de Maria Rita Kehl e Albertina Ferreira Ramos.

de Serviço Social, no Instituto Social do Rio de Janeiro, promovido pelas Escolas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, pelo Instituto Social de São Paulo e Curso de Assistentes Sociais da Escola Ana Nery, onde “quatro temas foram objeto de debates: associação de assistentes sociais; defesa da profissão de assistente social; campos de serviço social e orientação e coordenação de obras sociais” (Lima, 1987, p. 67).

Em 1945 o Serviço Social brasileiro marcou presença no 1 Congresso Pan-americano de Serviço Social, em comemoração aos 20 anos da Escola de Serviço Social do Chile, com destaque para representantes das Escolas do Rio de Janeiro e São Paulo, que proferiram palestras (Lima, 1987). Como desdobramento dessa participação, o segundo congresso foi realizado no Brasil, em 1949. Se na década de 1930 o trânsito se dava com a Europa, a partir de 1940, o intercâmbio se direcionou para os EUA, com destaque para as bolsas concedidas para estadias de brasileiras/os (Iamamoto & Carvalho, 1991).

Em 1946, foram criadas a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS)⁶ e a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). A primeira “tem por fim imediato o reconhecimento da profissão e a defesa de seus interesses corporativos” (Iamamoto & Carvalho, 1991, p. 336, nota 11), com funcionamento de seccionais estaduais; e a segunda foi fundada com a colaboração das escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo, como um “órgão coordenador e orientador das escolas na defesa do aprimoramento do ensino de Serviço Social” (Lima, 1987, p. 66). Ainda neste ano foi criado o Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS), hoje Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais.

Ainda que conservador nas suas origens, na particularidade brasileira o Serviço Social expressa uma organização sólida, com vistas a inscrevê-lo como uma profissão referenciada no país e com participação nas instâncias e eventos internacionais. No momento histórico pós-revolução cubana, o continente viveu a efervescência dos projetos societários em disputa no seu território e entre seu povo, marcando a influência do imperialismo estadunidense. É neste contexto que assistentes sociais, nos eventos internacionais da categoria, como sujeitos políticos, tiveram a possibilidade de problematizar o fazer profissional, construindo a crítica ao Serviço Social Tradicional.

Neste período, destacamos a possibilidade de superação da análise endógena da profissão, momento em que o próprio Serviço Social se colocou como objeto de estudo. Tal marco se expressa na criação e investimento do Centro Latino-americano de Trabalho Social (CELATS) entre os anos 1975 - 1986, órgão acadêmico da Associação Latino-americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS). Como estratégia de articulação e fortalecimento do Serviço Social como profissão,

⁶ A partir da segunda metade da década de 1970, algumas seccionais da ABAS foram reativadas, estrategicamente, como sindicatos de Assistentes Sociais, no contexto do novo sindicalismo, na reabertura política.

(...) a política de investigação do CELATS permitiu traçar um abrangente e significativo quadro do Serviço Social na América Latina. Tal política coloca pioneiramente a profissão de Serviço Social, na sua totalidade, como objeto de sua própria investigação, inscrita na história de Nue América, isso implica: os sujeitos sociais a quem se dirige a atuação profissional, suas lutas e suas particularidades (indígenas, camponeses, operários, populações urbanas); o perfil profissional do Serviço Social em países latino-americanos; as bases e feições da organização profissional, corporativa e política; os espaços sócio-ocupacionais mais representativos no mercado de trabalho; as políticas sociais e o processo de formação histórica do Serviço Social na história das sociedades nacionais (Iamamoto et al., 2022, p. 39).

O fruto e resultado deste movimento foi a realização da pesquisa sobre a particularidade do Serviço Social no Brasil, publicada no histórico livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de autoria de Marilda Villela Yamamoto e Raul de Carvalho⁷.

Importa salientar que o CELATS, desde a sua constituição, indicava a necessidade de uma formação crítica para a profissão no continente. Criado como braço acadêmico da ALAETS, ele foi fundamental para a consolidação de uma perspectiva crítica no Brasil, auxiliando tanto nos processos organizativos quanto acadêmicos. Conforme Yamamoto (2015 p. 228):

A programação do Celats-Alaets, nas décadas de 1970 e 1980, contemplava basicamente três grandes áreas: a) investigação, voltada ao conhecimento dos setores populares: camponeses, operários, populacionais e indígenas; ao papel das políticas sociais públicas, em especial saúde e habitação; ao conhecimento da realidade institucional na qual opera o Serviço Social, suas associações profissionais e seu perfil profissional; e à história do Serviço Social na América Latina; b) capacitação continuada, permitindo uma reflexão sobre a atuação dos profissionais por meio de seminários, cursos a distância, além da organização da primeira pós-graduação em Serviço Social em nível continental, consubstanciada à Maestria Latinoamericana en Trabajo Social (MLATS), em convênio com a Universidad Autónoma de Honduras, sediada em Tegucigalpa; c) comunicação, com a publicação da série *Livros-Celats*, a *Revista Acción Crítica* e os *Cuadernos Celats*.

A influência que o primeiro Mestrado em Trabajo Social teve sobre o continente ainda foi pouco estudada. Lembremos que este teve um caráter internacional, com professores e alunos

⁷ Este livro, publicado em 1982 pela Cortez Editora, em conjunto com o CELATS, no Peru, continua consolidando sua influência analítica na formação de gerações profissionais, por mais de 40 anos.

de toda América Latina. Figuras renomadas⁸ do pensamento crítico ministraram aulas ou lá se formaram.

O CELATS tinha uma nítida dimensão do que implicava a formação continuada em Serviço Social. Sendo assim, dedicou grande parte dos seus esforços no fomento à pesquisa e divulgação de investigações e produção de conhecimentos através dos cursos de capacitação, congressos, seminários, a Revista *Acción Crítica* e outros. Esta influência, somada à própria dinâmica que o Serviço Social brasileiro adquiriu nesse período, criou uma “cultura de pesquisa e produção de conhecimento”, inexistente até então. A perspectiva de unidade indissolúvel entre teoria e prática, entre formação e trabalho estava presente na perspectiva do CELATS, conforme relato da professora Leila Lima Santos (2007), que dirigiu a entidade de 1977 a 1983.

A profissão no Brasil entrou no circuito universitário na década de 1960, fruto da Reforma Universitária, realizada pela ditadura civil-militar, conforme sinalizou Netto (1991). Segundo o autor, esta inserção implicou no processo de laicização, no pluralismo teórico-político, na interlocução com as Ciências Sociais e na constituição de segmentos de vanguarda voltados para a pesquisa. Consideramos que estes elementos levaram as vanguardas intelectuais e políticas a se vincularem organicamente às entidades profissionais, no âmbito da formação e do trabalho profissional. Analisamos que esta particularidade permitiu a virada crítica e sua posterior hegemonia na direção social da profissão no país. Observamos a mesma defesa da indissociabilidade entre formação e trabalho profissional construída no CELATS. Essa escalada na profissão entra em outra dinâmica nas décadas de 1970-1980, que buscamos situar no panorama nacional.

Conforme Ianni (1981), no Brasil, o período de 1961 a 1964, foi marcado pelo avanço político dos operários e camponeses, o que enfraqueceu o domínio burguês e provocou a crise do governo populista, numa conjuntura de instabilidade política e econômica, culminando, por meio de um golpe de Estado, na adoção do capitalismo dependente, orientado pelo grande capital financeiro e monopolista.

A ditadura civil-militar no Brasil

Nos anos 1970, no auge da ditadura civil-militar, havia um contexto ideal para o acirramento das desigualdades sociais, levando a profissão a outros patamares de discussão. Por isto é importante compreender a particularidade desses tempos, corroborando que o golpe civil-militar foi uma contrarrevolução preventiva, destinada a preservar as estruturas de dependência

⁸ Podemos citar os professores José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros do Brasil, o argentino Arturo Fernandez que vivia no exílio após a ditadura argentina de 1976; Boris Lima e Diego Palma, dentre outros. Inclusive foi neste mestrado que se formou a assistente social peruana-argentina Margarita Rozas, que teve um papel importante no CELATS, incidindo na formação profissional em Serviço Social na América Latina

em relação ao capital estrangeiro, fortalecendo ainda mais os laços da economia brasileira com os interesses imperialistas.

Fernandes (1976) afirma que as classes dominantes executaram o golpe civil-militar no país, completando o ciclo da revolução burguesa, dentro do capitalismo dependente, aumentando a dominação imperialista. O objetivo do golpe foi privar a dominação burguesa de qualquer ligação genuína, que fosse verdadeiramente democrático-burguesa e nacionalista-burguesa, em termos práticos e efetivos. Desta forma, seria possível neutralizar as pressões democráticas e nacionalistas de setores burgueses mais ou menos radicais e reprimir as pressões por igualdade econômica, social e política, ou de integração nacional e de mobilização das massas populares.

Esse golpe foi uma tentativa dos grupos dominantes nacionais de garantir a maturação da inserção do Brasil na dinâmica dos monopólios. No entanto, a grande burguesia financeira e monopolista que comandava o bloco do poder, não precisava diretamente exercê-lo, fazendo a opção por exercer seu comando por intermédio de alguns representantes de classes e grupos sociais associados ao bloco do poder.

De acordo com Fernandes (1976), a dominação burguesa criou e aperfeiçoou a versão do “capitalismo selvagem” que cabia aos países de periferia, o “capitalismo possível”, cuja realidade é a conjugação do desenvolvimento capitalista com a vida suntuosa de minorias burguesas ricas, bem como de nações imperialistas ricas e poderosas.

Netto (1991) afirma que o Estado erguido no pós-1964 tinha a finalidade de assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, com uma funcionalidade econômica e política, intervindo diretamente na economia, com o papel de repassador de renda para os monopólios e mediando conflitos setoriais e intersetoriais em benefícios das corporações transnacionais. Essa funcionalidade econômica e política do Estado é que determinava, simultaneamente, as suas bases sociais de apoio e recusa.

A partir de 1968, o rumo do processo ditatorial é definido com a implementação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), rompendo com os dilemas enfrentados até então. O que anteriormente era uma “ditadura reacionária”, mantendo um discurso de referência à democracia, transformou-se em um regime político nitidamente fascista. Enquanto entre 1964 e 1968 a ditadura consolidava seu controle sobre o Estado, a partir desse ponto ela começou a estabelecer suas próprias estruturas estatais (Netto, 1991).

O notável crescimento econômico experimentado nesse período não resultou na erradicação da pobreza, mas sim, em um agravamento da concentração de renda, exacerbando ainda mais as disparidades sociais e regionais no país. Prado Júnior (2004, p. 353) afirma que durante o denominado milagre econômico brasileiro, o país vivenciou um breve surto de atividades

econômicas, condicionado pela conjuntura internacional, que culminou na “degringolada catastrófica do castelo de cartas que se lograva erigir e por um momento sustentar”.

Devido à conjuntura de crise do capital, que exigia respostas nas esferas produtiva, política e da cultura, a partir da segunda metade da década de 1970, observamos a crise do modelo econômico conduzido pelos militares. Os impactos no Brasil começaram a ser percebidos na década de 1980, devido à própria dinâmica do capitalismo, que de forma desigual e combinada atingiu países do centro e da periferia.

Segundo Netto (2014), durante a década de 1980, o desgaste e o isolamento do regime ditatorial foram acentuados. Não só buscava-se encontrar um sucessor confiável para o General Figueiredo, mas também eram exigidas transformações que impactassem a estrutura econômica e social do Brasil. Neste momento, um conjunto de líderes empresariais proeminentes começou a se unir a uma alternativa que poderia resultar em uma candidatura distinta da continuidade política do regime que os favoreceu.

Netto (2014) destacou o ressurgimento do movimento grevista no Brasil, culminando no período conhecido como Novo Sindicalismo, que recebeu amplo apoio de vários setores sociais e organizou várias greves gerais. Neste período tem-se também o fim do bipartidarismo e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), que se apresentava como expressão de uma nova esquerda, ao mesmo tempo em que houve uma reorganização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com a criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que formou uma frente democrática opositora, hegemonizada por setores burgueses, denominada de oposição de elite.

O projeto de abertura do governo Figueiredo transformou-se num processo de democratização, quando a classe operária também emergiu como protagonista na cena política brasileira, modificando a natureza da abertura. Neste ponto, a frente democrática liderada pela oposição de elite adquiriu uma dimensão popular que, até então, não se constituía como um elemento essencial (Netto, 2014).

De acordo com Reis (2014), no âmbito das lutas sociais, ao mesmo tempo em que o movimento sindical exauria suas lutas em defesa de condições de vida e de trabalho, o movimento pelas “Diretas Já” assumiu um relevante caráter político. A campanha por eleições diretas teve início com um modesto comício e evoluiu para uma das maiores mobilizações civis do país, conquistando a adesão da maioria da população e até mesmo sendo coberta pela imprensa

⁹ Segundo Netto (2014), na década de 1980, as conversações com o FMI e a moratória evidenciaram a fragilidade que o “modelo econômico” da era ditatorial havia imposto ao país. Essa fragilidade se agravou em um contexto no qual a recessão global coincidia com o aumento das taxas de juros, a diminuição dos preços das *commodities* no mercado mundial e a suspensão do fluxo de crédito internacional. O resultado foi a redução do gasto público interno, incompatível com o processo de redemocratização vivenciado naquele momento, que demandava a descompressão salarial e o aumento dos gastos governamentais

que estava mais alinhada com o regime ditatorial. Apesar do amplo apoio popular, não houve correspondência no âmbito parlamentar, o que resultou na derrota da Emenda proposta.

Surgiu, então, a Frente Liberal, que mais tarde se tornou um partido político. Ela liderou as negociações para o fim da ditadura, apresentando uma abordagem mais complexa, que incluía aspectos da agenda da frente democrática. Composta por representantes das classes dominantes, deixou evidente que estes setores não estavam dispostos a apoiar uma democracia com participação ampla. Portanto, por meio de um acordo entre as elites, foi estabelecido um compromisso de alto nível, que priorizava a transição institucional, excluindo assim as massas do processo (Netto, 2014).

Netto (2014) argumenta que, no declínio do regime ditatorial, havia uma tendência de repetir uma característica recorrente em nossa história: buscava-se encerrar um regime político rejeitado pela maioria do povo através de uma conciliação com aqueles que o haviam estabelecido. Segundo o autor, esta abordagem resultou em uma saída “pela porta dos fundos”, sem a quebra do sistema estatal existente ou mudanças substanciais na natureza do poder político, tudo isso graças a acordos feitos “pelo alto”.

Ainda assim, o regime ditatorial foi derrubado, iniciando o processo de democratização política e de ampliação das lutas por direitos sociais. A classe operária voltou a se destacar na cena política, com a emergência do novo sindicalismo, das Comunidades Eclesiais de Base e do movimento pela anistia. Assistentes sociais não estiveram de fora dessa luta; o acúmulo de experiências, refinando a concepção crítica sobre a profissão, reverberou na direção social das entidades do Serviço Social, iniciando uma nova dinâmica de atuação, articulada ao contexto histórico.

O giro nas entidades do Serviço Social no Brasil

Como já afirmamos, as entidades que representam a profissão no Brasil assumiram um papel preponderante na consolidação do projeto ético-político-profissional. Buscamos localizar a construção histórica que permitiu a direção social nesta perspectiva e a contribuição aos processos de organização política da categoria profissional.

É conhecido que parte da categoria profissional sofreu influência das organizações da juventude católica e naqueles espaços teve reafirmada a dimensão da crítica social. Nos anos 1960, especialmente a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) mobilizaram jovens que vieram a ser envolvidos em movimentos políticos ou de formação de quadros nas universidades, como embrião de centros ou diretórios acadêmicos, articulando a união de estudantes brasileiros, categoria central no enfrentamento à ditadura civil-militar.

A formação de militantes foi fundamental para as estratégias de denúncia e sobrevivência às violências provocadas pela ditadura no Brasil. Ainda que os cursos de Serviço Social estivessem

naqueles idos, majoritariamente, presentes nas escolas vinculadas às Universidades Católicas, parcelas de estudantes tinham na formação profissional o compromisso com os oprimidos. Conforme indica Abramides (2023, p. 94), “(...) havia mobilização estudantil e a direção do curso e professores eram constituídos por progressistas, humanistas e democratas que se posicionavam contra a ditadura”, falando da PUC-SP, processo semelhante em outras unidades acadêmicas.

A partir das Universidades, foi possível conhecer as posições críticas de Florestan Fernandes e Octávio Ianni, dentre outros intelectuais de peso e pioneiros nas análises sobre a formação social brasileira, que nos apresentaram a literatura marxista, ainda que nos anos 1960 isto não pudesse ser explicitado e massificado. Seus estudos contribuíram para a formação de uma crítica aos projetos desenvolvimentistas e ao Estado opressor a serviço dos interesses capitalistas. Nesta década, eclodiram movimentos de intelectuais, de artistas, de estudantes, de associações de bairros e religiosos que articulavam informações e resistências, chegando à formação dos partidos políticos de esquerda, ainda que a ditadura presente os tivesse deixado na ilegalidade.

Assim, entendemos que assistentes sociais foram levados para a participação e organização política, inicialmente em organizações externas à profissão, sendo por elas influenciados e formados na perspectiva crítica, evidentemente com diferenciações no meio profissional.

Do ponto de vista dos valores, até então, a profissão não apresentou polêmicas relevantes com relação a sua direção social, voltada, majoritariamente, para a manutenção do status quo. O questionamento a esta posição surge, não de forma isolada, mas com o respaldo das questões levantadas pelas ciências sociais e humanas, inicialmente, em torno da temática do “desenvolvimento”¹⁰. Diríamos que aí se firmaram as bases de um pensamento anticapitalista e anti-imperialista, levando assistentes sociais a se vincularem a diversos movimentos sociais, campo fértil para o reconhecimento e compreensão da realidade social de extrema pobreza dos países latino-americanos.

Conforme abordado inicialmente, essa perspectiva crítica foi impulsionada pela conjuntura e pelos ares do “Movimento de Reconceituação” na América Latina. No Brasil, o envolvimento com este “movimento” começou em Porto Alegre, com a realização do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, coordenado por Seno Cornely, ainda em 1965, mas só veio a acontecer mais efetivamente a partir de 1970. A unidade do movimento consistiu na busca de construção de um Serviço Social Latino-americano, com a recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história e na afirmação do compromisso com as lutas dos

¹⁰ Este debate vai influenciar o trabalho de Desenvolvimento de Comunidade abordado pelo meio profissional através de três concepções diferenciadas: a que defendia extrapolar para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos “tradicionais”, alterando apenas o âmbito da intervenção; a que o concebia na perspectiva macro societária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais no bojo do ordenamento capitalista; e a vertente que pensava o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectada à libertação social das classes e camadas subalternas (Ammann, 1982; Netto, 1991).

oprimidos. Um dos marcos na década de 1970 foi a experiência que ficou conhecida como “Método BH”, na Universidade Católica de Minas Gerais.

As Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) de São Paulo e Rio de Janeiro criaram os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, oportunizando o debate sobre a formação profissional, o intercâmbio de experiências entre mestrandos provenientes de vários estados do Brasil, a difusão de textos da literatura latino-americana da Reconceituação, o relativo acesso à bibliografia marxista e o incentivo à produção teórica.

Segundo Bravo et al. (2019), a articulação entre jovens professores de vários cursos do país, que se identificaram a partir dos Cursos de mestrado, deu início a um processo de debate com relação à formação profissional e a necessidade de sua alteração levou ao movimento ocorrido na ABESS¹¹. Na PUC/RJ houve a articulação, a partir de 1973, entre os mestrandos oriundos dos estados Maranhão, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que participaram do movimento de disputa pela hegemonia da entidade por setores progressistas da categoria e pela mudança da proposta da formação profissional. Esta articulação se ampliou, posteriormente, e foi fundamental nas Convenções da entidade que se realizaram a partir desse período.

As Convenções da ABESS realizadas em São Luís/MA, em 1973; em Piracicaba/SP, em 1975; em Belo Horizonte/MG, em 1977; e em Natal/RN, em 1979, são expressões da luta assumida pelo movimento, tendo por finalidade a construção de uma formação profissional crítica e de superação dos suportes teórico-metodológicos e ideológicos herdados do pensamento conservador. Na convenção de Natal, expressaram-se as diversas tendências do meio profissional, numa ênfase pluralista, com embate teórico e ideológico significativo entre as posições antagônicas com relação à orientação da formação profissional (Bravo et al., 2019).

A densidade desse processo resultou na proposição de um currículo que representava grande avanço para a época, correspondendo à correlação de forças existente naquele momento. Em 1981, ocorreu a histórica Convenção da ABESS realizada em Vitória/ES, que democratizou a entidade, com a mudança do seu Estatuto, ampliando a participação na Assembleia Geral para estudantes, supervisores de campo e docentes com direito a voto para a eleição da diretoria da entidade. Em 1982, então, foi aprovado pelo MEC um novo currículo para a formação em Serviço Social¹².

¹¹ Na Convenção de 1973 houve a primeira mudança com relação à denominação da entidade que passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social em vez de “Escolas”, garantindo a possibilidade de participação de professores na Convenção, mantendo o direito de voto na Assembleia Geral apenas para a representação da direção das unidades filiadas.

¹² Parecer n° 412/1982 aprovado pelo Ministério da Educação, após incidência da categoria junto ao Estado brasileiro, demarcando nacionalmente implantação de novo currículo mínimo para a formação profissional de assistentes sociais, baseado nos debates e proposições aprovadas na Convenção da ABESS de 1979 em Natal (RN).

A partir de 1985, a ABESS desenvolveu novas e diversificadas formas de contribuir para o debate em relação à formação profissional, à prática de assistentes sociais e à pesquisa em Serviço Social. Além das suas Convenções, foram promovidos: Encontros Nacionais de Pós-Graduação; Encontros de Graduação e Pesquisadores; Seminários Nacionais sobre o Projeto Pedagógico; e Pesquisa sobre o Ensino da Metodologia em Serviço Social.

Na Convenção de Fortaleza, em 1987, a assembleia geral da entidade aprovou a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), órgão acadêmico da ABESS, que havia sido recomendada no III Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, realizado em Campinas/SP, em 1986. A construção do CEDEPSS foi a estratégia encontrada por docentes progressistas na direção da entidade, para assegurar a unidade na formação e não viabilizar a criação de uma outra entidade de pós-graduação. Os debates iniciados nos anos 1970, dando seguimento nos anos 1980, indicam o adensamento e a maturidade intelectual e política protagonizada pelas gestões da entidade, para inaugurar nos anos 1990 um conjunto de mudanças primordiais nos rumos da formação profissional.

A Convenção realizada em 1993, em Londrina/PR aprovou a proposta de discussão para revisão curricular¹³. Em 1996 foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais na Assembleia realizada no Rio de Janeiro. Já em 1998, em Convenção ocorrida em Recife, a entidade passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), incorporando o CEDEPSS¹⁴.

No âmbito do trabalho profissional, no que se refere à institucionalização jurídico-normativa da profissão, em 1949 foi publicada a Portaria nº 35, que enquadra o Serviço Social no 14 grupo das profissões liberais. Em 1953 foi aprovada a Lei nº 1889/53, que dispõe sobre o reconhecimento legal do ensino, sua estruturação e prerrogativas dos portadores de diploma de assistente social. Em 1957 foi promulgada a primeira lei de regulamentação da profissão (Lei 3.252/57). E em 1962 foi publicado o Decreto 994/62, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e de 10 Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) (Abreu, 2012).

Os Conselhos, criados sob orientação conservadora, têm a finalidade de fiscalizar o exercício profissional. Até então, a entidade que representava os interesses profissionais era a ABAS, que, esteve envolvida nas discussões sobre a regulamentação. Pelo histórico, até o final dos anos 1970, os

¹³ Da deliberação de revisão curricular coordenada pela então ABESS, seguiram-se 03 (três) anos de intenso processo de mobilização de norte a sul, leste e oeste do país, fortalecendo a organização da categoria, envolvendo discentes, estagiários, docentes, profissionais supervisores de campos de estágio em Oficinas Locais, Regionais e Nacionais, democratizando o processo.

¹⁴ As mudanças ocorridas tanto no conteúdo do projeto de formação profissional, representado nas Diretrizes Curriculares, quanto na nova estrutura da entidade, estão vigentes atualmente e expressam os acúmulos e avanços teórico-político-organizativos da área no âmbito da formação profissional.

Conselhos não tiveram o papel de mobilizar profissionais para a participação política; ainda presos às estruturas do Estado, suas direções expressavam uma excessiva preocupação em não expor posicionamentos críticos, num ambiente bem menos efervescente que o da academia.

Não é aleatório que o Código de Ética de 1965, após a regulamentação da profissão, formulado no âmbito do Conselho Federal de Assistentes Sociais¹⁵, não criou ruptura ideológica com a influência conservadora da orientação cristã-católica. Este Código não superou o fundamento do humanismo cristão e seguiu na defesa de uma essência humana a-histórica e abstrata, distanciado da realidade social, convergindo com a Lei, que deixava vagas as definições de atribuições profissionais e se voltava para o controle ideológico de agentes profissionais.

Resultante dos debates que envolveram profissionais à época, foi formulado o Código de Ética de 1975, que tampouco fez a ruptura com a fundamentação acrítica. A julgar pelo conteúdo deste Código, grupos da categoria profissional envolvidos com a luta política e com a crítica social não esteve presente na disputa pela direção social dos Conselhos profissionais e suas direções não se diferenciaram da década anterior. A Lei de regulamentação de 1957 não sofreu qualquer alteração e o novo Código ganhou uma feição mais tecnicista, reafirmando a “neutralidade” da profissão frente aos processos políticos, representados pelas instituições empregadoras.

Mas é evidente que as contradições do contexto político, social e econômico estavam presentes e parte da categoria vinculada aos debates partidários e sindicais pôs em discussão as condições de vida da população empobrecida e dos ganhos elitistas do projeto de desenvolvimento econômico-social gerido pelos militares no poder executivo. É preciso, contudo, localizar na distribuição no território brasileiro e nas ações dos Conselhos Regionais, quais estratégias foram sendo construídas e como foi se dando a relação destes com as unidades de ensino e destas com o movimento estudantil. Podemos afirmar que algo se movia, a categoria não estava inerte e as gerações formadas naqueles idos absorveram de outro modo as influências conservadoras da profissão.

Com relação ao movimento estudantil, houve o aprofundamento de sua organização, com sua rearticulação em 1978. Em 1980, ocorreu o Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS), que começou a discutir a necessidade de criação da entidade nacional. Este debate também esteve presente nos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (ENESS), mas a entidade nacional só foi criada em 1988, no ENESS do Rio de Janeiro, com o nome de Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE). Em 1993 o nome foi alterado para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

¹⁵ Em 1993, com a aprovação da nova Lei de Regulamentação, Lei nº 8662, houve uma alteração substantiva na denominação da entidade, passando a ser Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), posto representarem os interesses da profissão na relação com a sociedade.

A constatação é que os movimentos para mudança na direção política das entidades tiveram dinâmicas próprias. Os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) cumpriram o papel articulador, ao mobilizar a categoria envolvida com o trabalho profissional com aquela vinculada à academia e as lideranças intelectuais e políticas. Em 1974 aconteceu o 1º CBAS, no Rio de Janeiro e em 1979, aquele que ficou conhecido como o “congresso da virada”, por ter conseguido vincular a profissão aos interesses da classe trabalhadora.

O movimento da categoria nos anos 1970 e o processo de mobilização e organização que estava ocorrendo na sociedade civil brasileira repercutiram na profissão (Bravo, 2009), o que foi fundamental para o que ocorreu no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo, cidade com maior dinamismo do movimento sindical¹⁶. Durante o evento, algumas questões relativas à programação e sua organização foram consideradas significativas para desencadear o questionamento das entidades sindicais, que se reuniram anteriormente e criaram a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e elaboraram um documento crítico para a intervenção política durante o III CBAS.

O movimento de alteração ocorrido no Congresso resultou da mobilização realizada pelos integrantes da CENEAS, articulados com docentes que faziam o movimento de renovação na ABESS, aliados à insatisfação de participantes manifestada nos grupos de trabalho. A assembleia convocada pela CENEAS contou com a presença massiva de assistentes sociais e estudantes presentes no Congresso. A assembleia, então, aprovou e conduziu alterações significativas, como: homenagear todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas; alterações na programação, tanto no conteúdo a ser abordado, como dos componentes das mesas e painéis; inclusão de uma mesa final de encerramento com a participação de lideranças sindicais e movimentos sociais. A CENEAS assumiu a organização do CBAS seguinte e a partir de 1985, os congressos passaram a ser organizados pelas três entidades nacionais (ANAS, ABESS e CFAS)¹⁷.

Desde a “virada” não foi mais possível manter os Conselhos distanciados da realidade da classe trabalhadora e foi num crescendo o movimento da tomada destes para a construção de uma proposição ético-política. Em linhas gerais, as pautas estiveram voltadas para a eleição direta para o Conselho Federal; pela politização das suas gestões; pela reformulação do Código de Ética e da Lei de regulamentação; e pela articulação do debate acadêmico com o exercício da profissão. A virada histórica que estava ocorrendo nas entidades sindicais, na ABESS e no movimento estudantil, que se manifestou conforme já explicitado, forçou os Conselhos a mudarem as composições das direções. Assistentes sociais, até então vinculadas a outros espaços da luta social e política, passaram a contribuir com esse processo, que não estava isolado do

¹⁶ Os CBAS vinham sendo organizados pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais

¹⁷ Com a extinção da ANAS, os CBAS passaram a ser organizados pelo CFESS, (sempre com apoio do CRESS local), ABEPSS e ENESSO, com realização trienal.

que acontecia na realidade do país, com a ditadura sendo exposta e se enfraquecendo, abrindo espaço para os movimentos de redemocratização do Estado e das suas instituições, mobilizando a consciência ético-política da sociedade brasileira.

A organização sindical, que transformou de modo geral, as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) em Sindicatos de Assistentes Sociais, esteve vinculada ao movimento de trabalhadores nos anos 1970. A partir da CENEAS foi criada a entidade Nacional, denominada Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), em 1983, em assembleia nacional realizada em Salvador, com a função de órgão sindical federativo. Os anos 1980 foram ricos em debates sobre a organização política da categoria, levando à compreensão de que o projeto ético-político se articula a um projeto societário, portanto, ultrapassa os interesses imediatos da categoria profissional.

A extinção da ANAS se deu em 1994, estando aberta a novas pesquisas, com vistas à avaliação crítica das consequências desta decisão, a partir das várias posições sobre isto. O fato é que não haveria clima para entidade de natureza corporativa, assumindo-se a posição de sindicato classista, seguindo a proposta da CUT de passar para sindicatos “setoriais”, vinculando profissionais aos diversos sindicatos dos ramos de atividades, para ampliação da força de trabalhadores na construção de suas pautas políticas unificadas.

Em 1986 um novo Código de Ética foi demandado, sob influência das mudanças apontadas na sociedade brasileira da década e as esperanças mobilizadas para a derrubada da ditadura e reconstrução do ordenamento jurídico-normativo, tanto no plano da Assembleia Nacional Constituinte, com parlamentares eleitos para tal fim, quanto no plano do arcabouço normativo da profissão. Este Código teve o mérito da ruptura com o conservadorismo da profissão, mas seria necessária uma afinação quanto aos compromissos ético-políticos e aos valores. Daí a promulgação do atual Código de Ética em 1993, bem como a nova Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93).

Com tais instrumentos (Código, Lei e Diretrizes), as entidades nacionais assumiram a direção ético-política fundamentada no compromisso com valores emancipatórios, tendo um papel significativo nos processos de organização política. Estes instrumentos vêm contribuindo com a categoria profissional na construção de pautas articuladas aos movimentos sociais em defesa das liberdades democráticas, da diversidade humana, dos direitos sociais e humanos, num crescente acúmulo de experiências significativas, fortalecendo a sociedade civil na defesa de lutas não corporativas, dando visibilidade aos posicionamentos críticos sobre a realidade social do país.

A nosso ver, a articulação política das três entidades nacionais (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO) é um campo de força importante em ações conjuntas de intervenção na sociedade, diante de fatos que comprometam a democracia, a justiça social e os direitos

humanos. No lapso de 30 anos, estes instrumentos seguem sendo atuais na relação com novas pautas de ampliação das liberdades democráticas, dentro e fora da profissão.

Considerações Finais

A pesquisa em curso segue buscando apreender as determinações concretas e os nexos que permitiram construir a hegemonia da direção social crítica nas entidades profissionais do Serviço Social no Brasil. Nos estudos que têm o Serviço Social como objeto, são evidenciados aspectos que inscrevem a profissão em seu processo histórico, situando-a no movimento da totalidade das relações sociais do capitalismo dependente, evitando a análise fragmentada, focada na imediatez da profissão.

A concepção de sociedade e de humanismo embasada por fundamentos construídos a partir da literatura marxista, permitiu o crescimento da pesquisa social, bem como a construção de estratégias políticas que ultrapassaram a forma endógena da profissão, ampliando suas relações com a sociedade e assegurando legitimidade das entidades representativas, que têm expressado posições críticas e proposições que subsidiam o trabalho profissional.

As entidades profissionais romperam com as estruturas burocráticas e corporativas, construindo um campo de força importante. A unidade estratégica entre elas, desde os anos 1980, nas lutas por redemocratização, nas pesquisas e produções de conhecimento, chega aos anos 1990 com maturidade teórico-política, ao construir estratégias coletivas, não cedendo aos modismos presentes nas Ciências Humanas e Sociais ou dos campos de trabalho. Sendo o Brasil um país continental, o processo construído, tanto no trabalho quanto na formação profissional, deu-se na diversidade regional que o particulariza.

Na atualidade, as entidades representativas da categoria profissional expressam uma direção democrática, o que tem feito muita diferença, ao serem reconhecidas nos espaços de representação política, na defesa de direitos e no combate a todas as formas de exploração, dominação e opressão. A indissociável relação entre trabalho e formação profissional tem sido profícua nas atuações conjuntas, na produção e disseminação do conhecimento e na relação com os assuntos de interesse da categoria profissional.

A dinâmica nacional e internacional mostra os ganhos da perspectiva crítica, na disputa com projetos conservadores e nisso o Serviço Social brasileiro tem sido uma referência. A unidade política resulta da concepção de profissão, respeitando-se a autonomia de cada organização e reconhecendo a luta do movimento estudantil, também protagonista.

Estas conclusões não são categóricas, mas apenas alguns marcos do processo organizativo histórico, apresentando as disputas entre projetos de profissão, destacando a virada crítica e

o movimento das entidades profissionais, que assumiram um importante papel nos processos de democratização das relações sociais no Brasil. Desde 1980, a hegemonia teórico-política expressa o compromisso com a classe trabalhadora e a mobilização em defesa da grande política no país, como um projeto ético-político articulado a um projeto societário.

Referências

- Abreu, A. C. (2012). A política nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS-CRESS: avanços e particularidades. *Inscrita*, 13, 59-65.
- Abramides, M. B. C. (2023). O fio vermelho nos move: legado do movimento estudantil de 1968. *Temporalis*, 46, 89-103.
- Ammann, S. B. (1982). *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Bravo, M. I. S. (2009) O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, 100, 679-709.
- Bravo, M. I. S., Raizer, E. C., Lemos, E., & Elpidio, M. H. (2019). O protagonismo da ABESS/ ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social. En SILVA, M. L. O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências* (pp. 56-82). São Paulo, Brasil: Cortez.
- Eiras, A., Moljo, C. B., & Duriguetto, M. L. (Orgs.) (2022). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. Juiz de Fora, Brasil: Editora UFJF. <https://www2.ufjf.br/editora/ebook/ebooks-2022/#perspectivas-historico-criticas-no-servico-social-america-latina-europa-e-eua>
- Fernandes, F. (1976). *A revolução burguesa no Brasil*. (2a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (1991). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. (8a ed.). São Paulo, Brasil: Cortez; Lima, Peru : CELATS.
- Iamamoto, M. V., & Santos, C. M. (Orgs.) (2021). *A história pelo Averso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2015). Entrevista. Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. *Em Pauta*, 35, (13), 225-247.
- Iamamoto, M. V., Raichelis, R., Silva, A. P. P., Lemos, E., & Elpidio, M. H. (2022). A importância da pesquisa acadêmica do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) no contexto da Reconceitualização do Serviço Social na América Latina. En Eiras, A., Moljo, C. B., & Duriguetto, M. L. (Orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço*

- Social: América Latina, Europa e EUA (pp. 35-45). Juiz de Fora, Brasil: Editora UFJF.
- Ianni, O. (1981). *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasil: 1981.
- Lima, A. A. (1987). *Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década*. (3a ed.). São Paulo, Brasil: Cortez.
- MATOS, M. C. (2018). Interloquções do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro com o mundo: entrevista com Esther Luíza de Souza Lemos. *Em Pauta*, 40, (15), 349-356.
- Lemos, E. L. S., Matos, M. C., & Ramos, S. R (2021). As organizações profissionais de defesa do Serviço Social na América Latina e no Caribe. En: Marilda Villela Iamamoto; Cláudia Monica do Santos. (Org.). *A história pelo Avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais* (pp. 102-127). São Paulo, Brasil: Cortez.
- Moljo, C. B., & Santos, C M (2023). *Critical Social Work in Brazil: Historical, Theoretical and Methodological Development*. En: Stephen A. Webb. (Org.). *The Routledge Handbook of International Critical Social Work New Perspectives and Agendas* (pp. 517-530). London, United Kingdom: Routledge Taylor and Francis Gruoup.
- Moljo, C. B., & Silva, J. F. S. (2018). Cultura profissional e tendências teóricas atuais: O Serviço Social brasileiro em debate. In: Guerra, Y., Lewgoy, A. M. B., Moljo, C. B., Serpa. M., & Silva, J. F. S. (Orgs.). *Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica* (pp. 140-160). Campinas, Brasil: Papel Social.
- Netto, J. P. (1991). *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Netto, J. P. (2014). *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo, Brasil: Cortez, 2014.
- Pinto, A. P., Moljo, C. B., Silva, J. F. S., Marro, K. I., Duriguetto, M. L., Zampani, R. O., & Bravo, V. O. (Orgs.) (2023). *Trabajo social y reconceptualización en Argentina: entre luchas sociales y rupturas teórico-metodológicas*. Juiz de Fora, Brasil: Editora UFJF. <https://www2.ufjf.br/editora/ebook/e-books-2023/#trabajo-social-y-reconceptualizacion-en-argentina-entre-luchas-sociales-y-rupturas-teorico-metodologicas>
- Prado Júnior, C. (2004). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Brasil: 2004.
- Reis, D. A. (2014). *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Rachelis, R., Bravo, M. I. S. (2020). The social work Reconceptualisation Movement in Latin America and the renewal in Brazil: the protagonist role of the Latin American Social Work Centre. *Critical and Radial Social Work*, 9, 31-45.
- Santos, C. M. ; Moljo, C. B. ; Martins, A. (2017). *Trabajo Social Crítico ¿De que se trata?*. En Guerra, Y., Carrara, V. A., Martins, A., & Xavier, M. O. (Orgs.). *Trabajo y formación*

en Trabajo Social: avances y tensiones en el contexto de iberoamérica (pp. 135-155).
Granada, Espanha: Editorial Universidad de Granada.

Santos, L. L. (2007). Entrevista Memória. *Em Pauta*, 20, 163-179.

Yazbek, M. C., Bravo, M. I. S., & Raichelis, R (2019). 40 Anos da Virada do Serviço Social: história, significados, desafios. *Serviço Social & Sociedade*, 136, 407-415.